

Aumento da conversão informal

eleva título da dívida

Nilton Horita

SÃO PAULO — As operações de conversão de dívida pela via informal se intensificaram desde o início da semana, refletindo indiretamente no aumento da cotação do título brasileiro negociado no mercado secundário, que alcançou ontem o preço de US\$ 0,53 para cada dólar de face, acima dos US\$ 0,51 da semana passada. Isso porque, de acordo com os termos do entendimento entre o Brasil e o comitê de bancos credores, hoje é o último dia para que os bancos diminuam o estoque de dívida brasileira em suas carteiras, para efeito de cálculo da contribuição que cada instituição credora dará ao pacote dos US\$ 5,2 bilhões em dinheiro novo a serem emprestados ao país.

"Foi uma correria", resumiu o representante-chefe do Standard Chartered Merchant Bank, Igor Cornelisen. A data-base estabelecida pelo acordo foi março do ano passado, mas houve a possibilidade de redução do valor da carteira brasileira, até hoje, pela capitalização em investimentos no Brasil. Co-

mo a conversão formal direta é restrita, os bancos encontraram a conversão informal como alternativa, já que não necessita da aprovação do Banco Central e tem o mesmo efeito de cancelar um título depositado.

Os bancos deverão contribuir, cada um deles, com 11,4% do total da dívida em sua carteira brasileira. "Nós procuramos diminuir o tamanho da base de cálculo da nossa carteira pelo recebimento de dívida em cruzados, porque a nacionalização se torna complicada", lembrou o gerente da área internacional do Lloyd's Bank, Richard Wapple.

"Tem muita gente comprando e ninguém vendendo títulos da dívida, e isso provocou um mercado muito forte", testemunhou Cornelisen. Os bancos procuraram diminuir ao máximo seu *exposure* de Brasil, mas somente de forma a reduzir a base de cálculo da contribuição. Na previsão dos bancos, está aquisição de novos títulos dentro de algumas semanas. "Se o banco vende por 50% e recompra depois, não se perde nada no balanço das instituições", explica Cornelisen.

Brasília — José Varella



Maúson, com Amaral: Brasil pedirá cinco anos de carência